

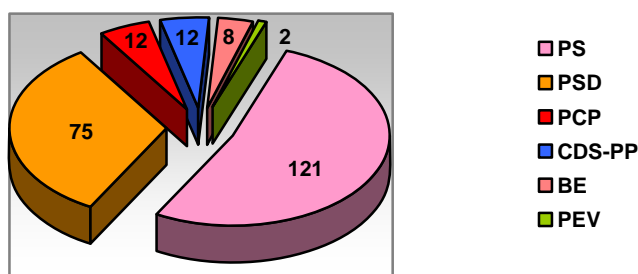
VII Encontro da ASG-PLP
Brasília, 26-29 Setembro

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2005/2006
SECRETÁRIA-GERAL DA ASSEMBELIA DA REPÚBLICA

O Relatório que agora se apresenta corresponde ao período da 1.^a Sessão Legislativa da X Legislatura, a qual, por razões que se prendem com as eleições legislativas antecipadas, teve uma duração superior à normal e iniciou-se em 10 Março de 2005 e findou no passado dia 14 de Setembro.

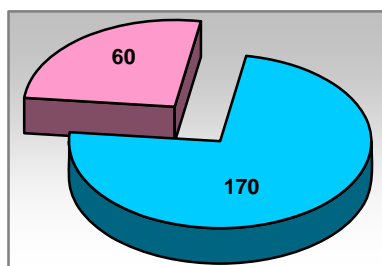
A composição da AR na sequência das eleições legislativas é a seguinte:

Composição da AR – Número de Eleitos por Grupo Parlamentar



A distribuição de mandatos entre homens e mulheres a 20 de Julho deste ano era a seguinte:

Composição da AR – Deputados por Sexo
Efectivos em 20/07/2006



■ Homens ■ Mulheres

Do conjunto das actividades desenvolvidas pela Assembleia da República, destacam-se as que respeitem directamente ao exercício das suas competências enquanto órgão de soberania, com funções de orientação e fiscalização política, legislativa e electiva de outros órgãos.

No âmbito da actividade parlamentar, a Assembleia da República, através dos seus órgãos eleitos desenvolveu os habituais trabalhos de Sessões Plenárias e em Comissão.

Foram organizadas 145 sessões plenárias, três das quais Sessões Solenes: as comemorações do 25 de Abril de 2005 e 2006 e a tomada de posse do Senhor Presidente da República.

Realizaram-se 4 reuniões da Comissão Permanente. Também no âmbito da actividade parlamentar foram realizadas 44 conferências dos representantes dos grupos parlamentares (vulgo Conferência de Líderes).

Deram entrada na Mesa da Assembleia da República as seguintes iniciativas legislativas: 94 Propostas de lei, 307 Projectos de lei, 42 Propostas de Resolução, 9 Projectos de Deliberação, 26 Apreciações Parlamentares.

Foram aprovadas uma Lei Constitucional, 8 leis orgânicas, 79 Leis e 113 Resoluções.

Na tabela em anexo encontram-se discriminadas as iniciativas legislativas, por autor e respectivo processo legislativo, e que originaram Lei.

Tabela
Projectos e Propostas de Lei

Iniciativas	Autor	Entradas	Discutidas Generalidade	Rejeitadas Votação na Generalidade	Aprovadas Votação na Generalidade	Aprovadas Votação Final Global	Enviadas Promulgação	Iniciativas deram origem a Lei	Leis
Projectos de Lei	PS	37	22	0	22	19	19	19	88 ⁱ
	PSD	41	20	6	14	12	12	12	
	PSD/CDS-PP	2	1	0	1	1	1	1	
	PCP	86	34	18 ⁱⁱ	13	12	12	12	
	CDS-PP	29	19	8	11	9	9	9	
	BE	88	39	18 ⁱⁱⁱ	18	14	14	14	
	PEV	21	10	5	4	3	3	3	
	Todos	2	1	0	2 ^{iv}	2	2	2	
	Iniciativa Legislativa de Cidadãos	1	1	0	1	0	0	0	
	Total	307	147	55	86	72	72	72	
Propostas de Lei	Governo	84	67	0	68 ^v	63	63	63	
	ALRA Açores	3	2	0	2	2	2	2	
	ALRA Madeira	7 ^{vi}	0	0	0	0	0	0	
	Total	94	69	0	70	65	65	65	
Total	401	216	55	156	137	137	137		

ⁱ Estão incluídas cinco (8) Leis Orgânicas e uma (1) Lei Constitucional. A Lei Constitucional teve na origem os Projectos de Revisão Constitucional n.º 1/X/1.^a a n.º 6/X/1.^a.

ⁱⁱ Os PJJ n.º 199/X/1.^a e 200/X/1.^a (PCP) foram rejeitados na Generalidade, mas aprovados os textos de substituição apresentados pela Comissão de Educação, Ciência e Cultura.

ⁱⁱⁱ O PJJ n.º 203/X/1.^a (BE) foi rejeitado na Generalidade, mas aprovado o texto de substituição apresentado pela Comissão de Educação, Ciência e Cultura.

^{iv} O PJJ n.º 258/X/1.^a (Todos GP) foi aprovado mas não teve discussão na Generalidade.

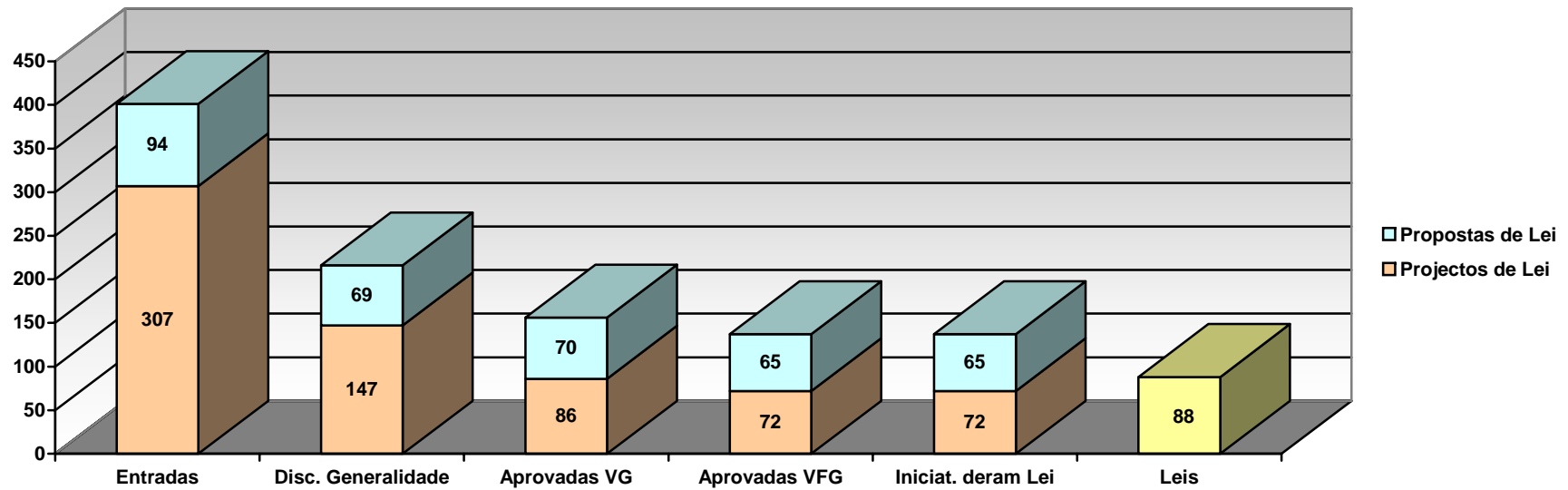
^v A PPL n.º 61/X/1.^a (Governo) foi aprovada mas não teve discussão na Generalidade.

^{vi} A PPL n.º 3/X/1.^a (ALRAM) foi retirada



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Gabinete da Secretária-Geral

Gráfico
Projectos e Propostas de Lei



No gráfico acima visualiza-se graficamente as iniciativas legislativas entradas desde 10 de Março de 2005 até 14 de Setembro de 2006, estando a azul as correspondentes às Propostas de Lei e a laranja os Projecto de lei. A coluna amarela corresponde às leis aprovadas durante esta 1.ª sessão legislativa.

Tomaram posse as 12 comissões especializadas permanentes, sendo as seguintes:

- 1.ª - «Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdade e Garantias»;
- 2.ª – “Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas”;
- 3.ª – “Assuntos Europeus”;
- 4.ª – “ Defesa Nacional”;
- 5.ª – “ Orçamento e Finanças”;
- 6.ª – “Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional”;
- 7.ª – “ Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território”;
- 8.ª – “Educação, Ciência e Cultura”;
- 9.ª – “Obras Públicas, Transportes e Comunicações”;
- 10.ª - “Saúde”;
- 11.ª – “Trabalho e Segurança Social”;
- 12.ª – “Ética”

Foram constituídas 3 Comissões Eventuais: a de Verificação de Poderes; a dos Fogos Florestais e a da Revisão Constitucional Extraordinária; e foi constituída uma Comissão de Inquérito: a de Gestão do Processo Eurominas.

ACTIVIDADES DE APOIO

No âmbito da actividade dos Serviços de Apoio, há a salientar o início da implementação de um sistema de gestão financeira em POC, específico para a AR, POC-AR, sendo pela primeira vez fechado o Balanço a 31 de Dezembro de 2005 neste sistema de contabilidade.

Assim, no que se refere à racionalização e melhoria dos instrumentos de controlo de gestão, importa salientar a implementação do POC-AR com o objectivo de melhorar a informação disponível ao nível financeiro e patrimonial.

Face às recomendações do Tribunal de Contas e tornando-se premente a implementação do POC-AR foi adquirido o módulo de POCP a integrar no sistema contabilístico existente na área financeira (GESTOR).

Assim, os trabalhos entretanto desenvolvidos permitem que a AR detenha actualmente informação patrimonial obtida através dos Balancetes mensais, Balanço, Demonstração de Resultados e demais informação financeira e patrimonial.

Ainda no âmbito da racionalização e melhoria dos instrumentos de controlo de gestão, tiveram lugar diferentes acções com vista ao aperfeiçoamento da base de dados do Inventário para a implementação do POC-AR, à consolidação e ajustamento do sistema de controlo e gestão das garantias bancárias e outras cauções e ainda à continuação da aplicação do sistema de avaliação da qualidade dos serviços contratados pela AR, através de inquéritos aos diversos serviços para recolha do grau de satisfação.

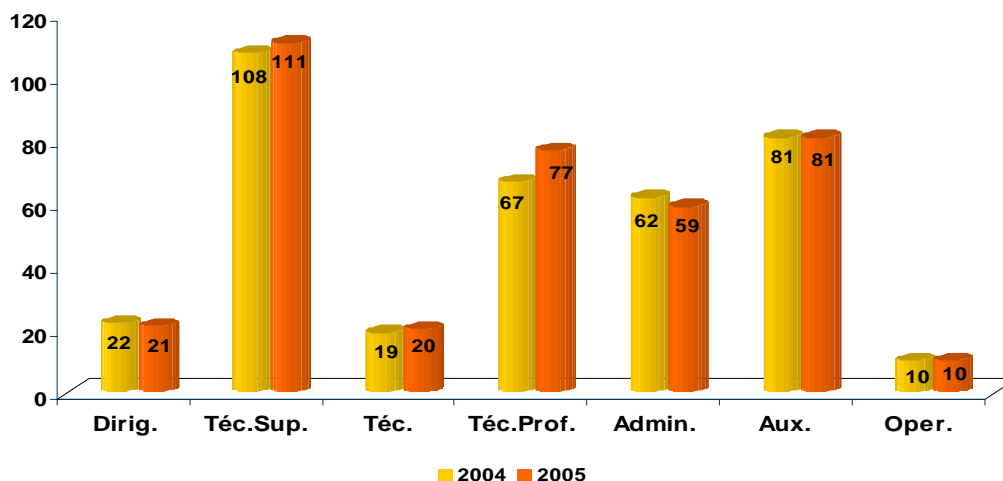
RECURSOS HUMANOS

Prosseguindo uma actuação fortemente sedimentada em critérios de contenção e rigor, implementada e plenamente concretizada nos últimos anos, promoveu-se uma gestão de recursos humanos orientada para resultados objectivos, apelando-se à iniciativa e ao espírito de equipa e dando ênfase à motivação, instrumentos fundamentais à obtenção de um desempenho colectivo direccionado para metas de qualidade e de excelência.

Como resultado desta estratégia de contenção, deliberaram-se procedimentos adequados à gestão normal das carreiras, promovendo-se a abertura de concursos de acesso limitado para possibilitar a normal evolução e a finalização dos concursos de ingresso na áreas das relações internacionais, relações públicas, gestão e administração pública, assuntos culturais e audiovisual.

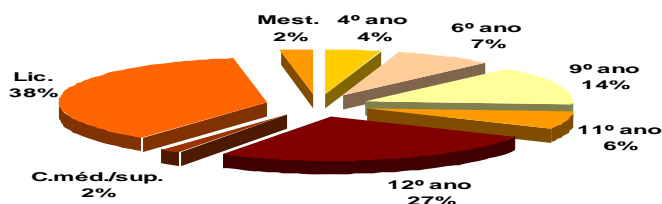
Passarei de seguida a mostrar a distribuição dos efectivos que trabalham ao serviço da Assembleia da República em função de alguns critérios que considero relevantes.

Distribuição dos efectivos por Grupos Profissionais



Na distribuição dos efectivos, cuja evolução de 2004 para 2005 é evidenciada no gráfico apresentado, considerados os grupos profissionais e os serviços onde se integram, refira-se que os técnicos superiores e técnicos profissionais se concentram em maior número nas áreas de apoio legislativo e de documentação.

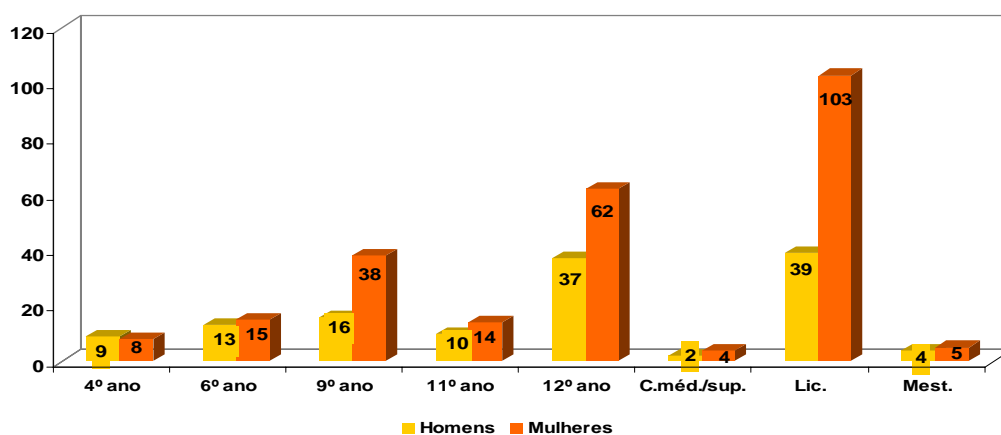
Distribuição por Nível da Habilitação Profissional



Este gráfico espelha a distribuição dos efectivos por nível de habilitação profissional, destacando que 38% dos funcionários da Assembleia são detentores de uma licenciatura e 27% têm o ensino secundário.

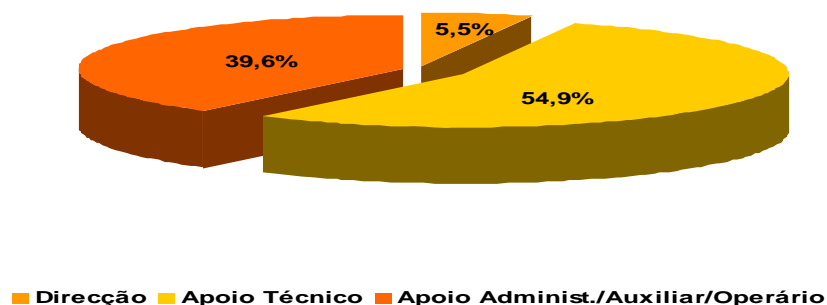
Distribuição por Nível Habitacional e por Sexo

Por este gráfico verificamos que as mulheres se destacam e se mantêm posicionadas nos níveis habitacionais mais elevados, com a maior representatividade no grupo dos licenciados.



Por fim consideradas as áreas de actividade da Assembleia da República, os 381 funcionários do quadro e os 30 contratados distribuem-se percentualmente conforme registo no gráfico, verificando-se que cerca de 55% integra o grupo de apoio técnico.

Distribuição por Grandes Áreas de Actividade

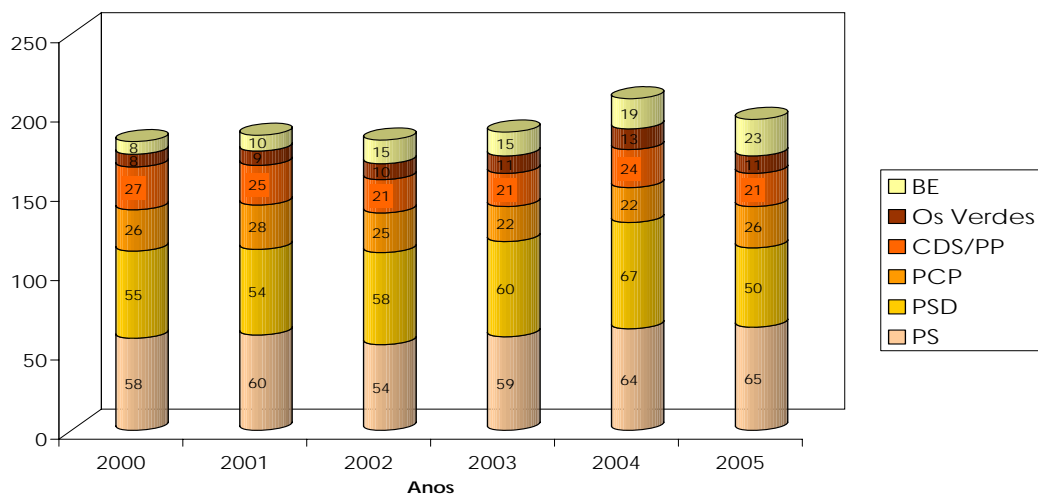


Como consequência do aumento dos efectivos no grupo dos técnicos superiores, técnicos e técnico-profissional assiste-se a uma subida do índice de tecnicidade de 52,6% em 2004, para 54,9% em 2005.

No âmbito da formação profissional, procedeu-se à execução do plano de formação de 2004/2005 ao nível da formação interna e externa, com significado em termos de formação inicial e contínua. Foi, também, efectuado o diagnóstico das necessidades de formação necessário à elaboração do Plano de Formação para 2006.

Para completar o quadro de efectivos que trabalham no edifício do parlamento português passo a mostrar um gráfico coma evolução dos funcionários dos Grupos Parlamentares:

PESSOAL AFECTO AOS GABINETES DE APOIO AOS GRUPOS PARLAMENTARES



INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO COM O EXTERIOR

Em matéria de informação continuou-se a desenvolver o programa de investimentos em equipamento informático e em soluções inovadores de acesso e de alargamento da rede de informação.

O Centro de Informática da Assembleia desenvolveu um projecto do qual resultou a primeira gestão electrónica das propostas de alteração ao Orçamento do Estado apresentado pelo Governo à AR para 2006.

Tendo em vista o acolhimento dos Deputados da X Legislatura procedeu-se à concepção e elaboração do folheto Serviços da Assembleia da República, à concepção do Portal do Deputado na Intranet e à reedição do Manual do Deputado.

A gestão da informação pautou-se ainda por objectivos relacionados com a melhoria dos sistemas integrados de informação, seja internamente, através da Intranet (AR-

Net), seja ao exterior, através da Internet, segundo uma política orientada para a abertura do Parlamento aos cidadãos, tendo em conta a constante evolução tecnológica e o maior número de solicitações, com acrescido grau de exigência.

Nesse sentido iniciou-se a reformulação do sítio da AR, tendo sido já aprovada a nova estrutura, prevendo-se que seja lançado no próximo ano.

Ainda no domínio da melhoria da difusão da informação através da Internet e de forma a fidelizar os cidadãos já utentes habituais da página parlamentar e atrair novos utilizadores, deu-se destaque aos seguintes projectos: motor de pesquisa de conteúdos da página, recepção on-line e acompanhamento de petições apresentadas à AR, PagParl – sistema de páginas pessoais parlamentares destinadas a Deputados e Grupos Parlamentares, entre outras actualizações e melhorias.

A divulgação das actividades parlamentares através do Canal parlamento envolveu a produção de 4 541 horas de emissão (em directo e em diferido), correspondentes a reuniões do Plenário, das Comissões Parlamentares, de Conferências e de outros eventos realizados na Assembleia da República.

ACTIVIDADE CULTURAL E EDITORIAL

A actividade cultural e editorial da Assembleia da República passa também pelo relacionamento com diversas entidades externas, públicas e privadas, nestes domínios de actividade, contribuindo também para o seu enriquecimento e promoção.

Associando-se ao Instituto Português do Património Arquitectónico a Assembleia da República abriu as suas portas no fim-de-semana das “Jornadas Europeias do Património”, que decorreu em finais de Setembro do ano passado e 666 cidadãos visitaram o Palácio de São Bento, sede do Parlamento. Se aditarmos a isto as visitas efectuadas ao Palácio de São Bento durante 2005/2006 obtemos um total de 26 000 cidadãos. Acresce que assistiram à sessão Plenária cerca de 26 300 cidadãos.

Uma opção clara pelas linhas de política editorial desta X Legislatura relaciona-se com a abertura progressiva ao público em geral do Palácio de São Bento, através da instalação temporária do acervo artístico, de algumas instituições culturais, e da aproximação da Assembleia e da sua actividade parlamentar a esses e outros públicos, através da itinerância de algumas das suas exposições. Destaco a realização da Exposição de Serralves, através da qual a Assembleia acolheu cerca de 800 peças do Museu de Serralves, do Porto, exposição essa que decorreu de 12 de Janeiro a 16 de Abril deste ano e trouxe à Assembleia cerca de 30.000 visitantes.

Com o objectivo de melhorar o apoio bibliográfico às actividades da Assembleia da República procedeu-se ao reforço da aquisição de fontes de informação especializadas, as quais foram integradas no catálogo da Biblioteca, dando-se destaque ao facto do mesmo ter ultrapassado os 100.000 registos bibliográficos.

A primeira série dos Diários da Assembleia da República passou a estar, meramente, disponível por via electrónica, reduzindo em grande parte os custos com a sua edição.

Prosseguiu-se na edição de livros, no âmbito da Colecção Parlamento, tendo alguns sido editados em parceria com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e com as Publicações D. Quixote. Editou-se também diverso material promocional da história e actividade parlamentar, destacando-se a brochura *Uma visita à Assembleia da República*, destinada a ser distribuída aos jovens nas visitas guiadas, a colecção de divulgação *Parlamento Jovem*, com a concepção do seu primeiro número sobre *O Busto da República* e a edição de postais de divulgação em português, espanhol, francês e inglês, tendo em vista a participação da AR nas *Jornadas Europeias do Património*. Para além da agenda de secretária para 2006, em dois formatos, da agenda de bolso, e do calendário foram editados novos objectos e produtos evocativos e reeditados outros já existentes

A Assembleia da República manteve a sua participação nas Feiras do Livro de Lisboa e Porto (Maio/Junho), e assegurou ainda a presença na Feira do Livro de Braga (Abril). Realizou-se também uma Feira do Livro Político com publicações da Assembleia da República e de outras editoras, na Livraria Parlamentar, que alcançou

sucesso, quer em termos de número de visitantes, quer em termos de vendas efectuadas.

No âmbito da actividade editorial foi implementado o sistema electrónico, desenvolvido pelo Centro de Informática, de requisições de livros e peças para ofertas, com vista a um maior controlo na gestão de stocks.

A Assembleia da República organizou a exposição do concurso *Um olhar jovem sobre o 25 de Abril*, nos Claustros, 23 de Junho-15 de Julho de 2005, e organizou a exposição *Constituinte_30 Anos*, nos Passos Perdidos, 25 de Abril-31 de Julho de 2005. Ainda em 2005, organizou a exposição *30 Anos da Constituição*, que foi inaugurada a 25 de Abril.

RELAÇÕES EXTERNAS

A Assembleia da República é membro das seguintes organizações internacionais: União Interparlamentar (UIP); Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE); Assembleia Parlamentar da União da Europa Ocidental (UEO); Assembleia Parlamentar da NATO (APNATO); Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE); Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica (APEM); Assembleia Interparlamentar do Forum dos Parlamentos de Língua Portuguesa e da recentemente criada Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM).

No domínio das organizações internacionais das quais a Assembleia da República é membro e no âmbito das relações com outros parlamentos nacionais, a Assembleia da República participou, por intermédio das suas representações e/ou extraordinárias, em cerca de 300 reuniões internacionais, com deslocações asseguradas e assessoradas pelos serviços.

Destaca-se, ainda, a participação do Senhor Presidente da Assembleia da República nas Conferências dos Presidentes dos Parlamentos Nacionais e do Parlamento

Europeu, no âmbito da União Europeia; dos Presidentes dos Parlamentos Nacionais dos Estados-membros do Conselho da Europa, e dos Presidentes dos Parlamentos da UIP, em Nova York (Setembro de 2005), o Fórum dos Presidentes dos Parlamentos Ibero-americanos (organizado pela Assembleia da República) e o IV Forum dos Presidentes dos Parlamentos de Língua Portuguesa, em Angola.

Também no plano das relações externas, assegurou-se a organização de reuniões e conferências promovidas pelas Comissões Parlamentares ou por entidades exteriores com o patrocínio da Assembleia da República, das quais destaco a:

- Conferência Internacional “A Reforma das Nações Unidas”, da iniciativa da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas;
- Conferência Internacional “Portugal e as Missões de Paz” da iniciativa da Comissão de Defesa Nacional;
- Cerimónia de Entrega do Prémio Norte-Sul do Conselho da Europa;

No âmbito das relações internacionais bilaterais, destaco as vistas à Assembleia do Presidente da República de Moçambique; do Presidente da República da Turquia; do Presidente da República Democrática e Popular da Argélia; do Presidente da República da Eslováquia; do Presidente da República da Eslovénia; do Primeiro-Ministro da República Popular da China e de Sua Alteza o Príncipe Aga Khan.

Foram constituídos e encontram-se em funcionamento 18 Grupos Parlamentares de Amizade.

Refere-se por fim que, para a prossecução do objectivo relativo à abertura e relacionamento da Assembleia da República com várias entidades e organizações da sociedade civil, o Parlamento acolheu nos seus espaços a realização de vários eventos, designadamente colóquios, fóruns, debates, seminários, jornadas, conferências e reuniões.

No âmbito da Cooperação Parlamentar a Assembleia da República manteve e mantém a assistência aos países com os quais subscreveu protocolos de cooperação,

destacando neste caso os cinco países africanos de língua portuguesa e Timor-Leste.

Promovemos, em Outubro de 2005, o II Curso de Formação Interparlamentar que contou com a participação de representantes dos Parlamentos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, num total de 26 funcionários parlamentares.

Dando continuidade a esta iniciativa, no próximo mês de Outubro a Assembleia da República organiza a terceira edição do Curso de Formação Interparlamentar e cujo Programa foi já distribuído.

O III Curso, cujo tema é “Formar para comunicar e comunicar para formar”, surge na continuidade dos cursos anteriores na medida em que perspectiva a criação de uma rede de formadores internos que promova o desenvolvimento profissional dos funcionários parlamentares e, simultaneamente, rentabilize a participação dos técnicos nestes Cursos de Formação Interparlamentar.

Os seus objectivos compreendem não só habilitar os funcionários parlamentares com os conhecimentos necessários à prossecução das atribuições e competências parlamentares, partilhar e confrontar experiências parlamentares com vista à melhoria dos procedimentos, mas ainda desenvolver uma rede de “Formadores Parlamentares”, aproveitando a experiência desenvolvida no ano anterior com a gravação das sessões em *streaming*.

São destinatários desta acção de formação Quadros ou Técnicos Parlamentares de cada Parlamento de Língua Portuguesa, num máximo de 3, sendo importante que os agora inscritos não tenham participado nos anteriores Cursos, possuam formação superior e, tenham apetência e desejo para desenvolver e monitorar acções de formação profissional nos respectivos Parlamentos.

A Assembleia da República suportará os custos de alojamento e transporte em Lisboa. À semelhança com o que ocorreu em 2005 as despesas de viagem correrão por conta do Parlamento de origem.

Até agora os Parlamentos de Angola, a Câmara de Deputados do Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste já responderam positivamente a esta iniciativa e eu aproveito para estender o convite ao Senado do Brasil para aceitar participar nesta acção de formação, uma vez que até hoje não foi possível contar com a sua presença, a qual tenho a certeza que enriquecerá em muito o debate que, naturalmente, se produzirá.

Porque falamos em formação, termino com as palavras do Prof. Agostinho da Silva, sobre o qual se comemora este ano o centésimo aniversário do seu nascimento e colaborou na fundação da Universidade de Brasília tendo aí criado o Centro de Estudos Portugueses:

“Do que você precisa, acima de tudo, é de se não lembrar do que eu lhe disse; nunca pense por mim, pense sempre por você; fique certo de que mais valem todos os erros se forem cometidos segundo o que pensou e decidiu do que todos os acertos, se eles forem meus, não seus. Se o criador o tivesse querido juntar a mim não teríamos talvez dois corpos ou duas cabeças também distintas. Os meus conselhos devem servir para que você se lhes oponha. É possível que depois da oposição venha a pensar o mesmo que eu; mas nessa altura já o pensamento lhe pertence. São meus discípulos, se alguns tenho, os que estão contra mim; porque esses guardaram no fundo da alma a força que verdadeiramente me anima e que mais desejaria transmitir-lhes: a de se não conformarem.”⁷

Brasília, Setembro de 2006

Adelina Sá Carvalho

Secretaria-Geral da Assembleia da República de Portugal

⁷ **Agostinho da Silva (1906-1994)**

1962 – Colabora na fundação da Universidade de Brasília e cria o Centro de Estudos Portugueses na mesma Universidade